

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 2.679, DE 2003 (Da Comissão Especial de Reforma Política)

Dispõe sobre as pesquisas eleitorais, o voto de legenda em listas partidárias preordenadas, a instituição de federações partidárias, o funcionamento parlamentar, a propaganda eleitoral, o financiamento de campanha e as coligações partidárias, alterando a Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei n.º 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos) e a Lei n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições).

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO PAULO MAGALHÃES

O Projeto de Lei nº 2.679, de 2003, de autoria da Comissão Especial de Reforma Política, entre outras propostas de alteração de nossa legislação eleitoral, institui o voto de legenda em listas partidárias preordenadas e o financiamento público de campanhas, modificações que julgamos inadequadas para o bom funcionamento de nosso sistema eleitoral.

Usando da faculdade assegurada regimentalmente, ofereço o presente voto em separado, aproveitando a oportunidade para apresentar minhas considerações sobre os temas que, a meu juízo, consistem nos pontos mais delicados das alterações propostas pelo Projeto de Lei em tela.

Como é do conhecimento de todos, a esmagadora maioria dos partidos brasileiros não possui tradição de debate interno e vivência democrática entre seus filiados. Nesse contexto, a instituição das listas partidárias preordenadas irá transferir para as lideranças partidárias extraordinário poder de decisão e de influência no ordenamento das listas.

Como as convenções partidárias encarregadas de definir o ordenamento das listas são, em geral, bastante esvaziadas, o grande poder da cúpula na configuração final da lista será excessivo, independentemente do método de escolha adotado: o voto individual do convencional, tal como proposto no projeto original da Comissão Especial de Reforma Política, ou o voto em chapas, de acordo com o substitutivo do Deputado Rubens Otoni.

Em consequência, ao eleitor caberá referendar uma decisão da qual não participou, sem nenhuma possibilidade de interferir no ordenamento da lista e apontar o seu candidato preferido, hipótese admitida, com graus variáveis de aplicação, em países como Áustria, Bélgica, Dinamarca, Grécia, Holanda, Noruega, República Tcheca e Suécia, que adotam lista partidária preordenada, porém flexível.

Mas mesmo em uma situação de perfeita e intensa participação democrática dos filiados em todos partidos e Estados brasileiros – algo do qual o país está infinitamente distante – ainda assim haveriam problemas do ponto de vista da legitimidade democrática da lista preordenada fechada escolhida em convenção.

Pois, em vista das peculiaridades da federação brasileira, na qual os Estados menores como Roraima, Amapá, Acre, Tocantins, Rondônia, Sergipe, Amazonas, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte elegem apenas 8 representantes, os votos dispersos entre os partidos conduzem à eleição de um ou dois representantes. Ora, em uma lista que teria no máximo 20 nomes (150% do número de vagas em disputa) e na qual apenas um ou dois se elegeriam, o poder da convenção extrapola, amplamente, o poder conferido ao eleitor daqueles estados.

Assim, dos 27 estados brasileiros, 15 elegem até 12 representantes. Nesses casos, estar na primeira ou segunda posição, isto é, contar com o apoio da cúpula partidária que articulará a constituição de uma lista de até 30 nomes, é condição indispensável para pretender ocupar uma vaga na Câmara dos Deputados.

Até mesmo nos maiores estados, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná, que escolhem número mais expressivo de representantes, o peso das oligarquias partidárias se fará presente. Pois, nesses estados, centenas de candidatos, distribuídos em vários partidos, postulam um lugar na Câmara Federal. Mesmo que a lista de um determinado partido obtenha número de votos necessário para eleger, por exemplo, dez representantes, em uma lista composta por expressivo número de candidatos esse seleto grupo de primeiros colocados certamente estará gozando de imensa vantagem em relação aos demais.

Outro tema do Projeto de Lei em comento que também não conta com nossa aprovação é o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais. Em nossa opinião, tal proposta terá pouca efetividade na medida em que o trabalho de fiscalização dos gastos de campanha, por meio da Justiça Eleitoral, possui grandes dificuldades materiais, administrativas e de quantitativo de pessoal para conduzir a sua atividade a contento.

Com essas dificuldades operacionais da efetiva fiscalização das contas de campanha, teremos a disseminação da prática do chamado “caixa dois” na tesouraria dos partidos, o que não eliminará, de forma alguma, a influência dos interesses privados dos financiadores de campanha na vida política brasileira.

Além disso, da forma como está colocada pelo projeto aprovado pela Comissão Especial, a distribuição de 85% das verbas públicas destinadas ao financiamento das campanhas eleitorais realiza-se de forma proporcional ao número das bancadas partidárias eleitas no último pleito.

Se o financiamento público for adotado na forma como está proposto, tal critério favorecerá, na próxima eleição, os partidos com as maiores bancadas, em detrimento da renovação parlamentar e do crescimento de outras agremiações. Ou seja, os partidos que obtiveram mais votos nas últimas eleições receberão mais recursos públicos, o que aumenta suas chances no pleito seguinte e, assim, sucessivamente. As mesmas lideranças que se beneficiaram

das listas fechadas utilizarão o financiamento público para se perpetuarem no poder, impedindo o surgimento de novos representantes no Legislativo Federal e o fortalecimento dos partidos com bancadas menos expressivas.

Além disso, contando com generosos recursos públicos para financiarem seus gastos de campanha, os partidos deixarão de prestar contas, aos seus militantes e simpatizantes, das estratégias de ação efetivamente adotadas. Sabendo que o Tesouro Federal liberará os recursos de que necessitam, as cúpulas partidárias estarão em posição muito confortável para desconsiderar as dissidências internas e os militantes que, insatisfeitos com as práticas dos dirigentes, deixassem de contribuir e trabalhar em prol do partido.

Não podemos deixar de mencionar também o excessivo poder concentrado nas mãos da Justiça Eleitoral. Em uma disputa na qual o financiamento público é exclusivo, a possibilidade de sustar a transferência de recursos para determinada agremiação é um trunfo considerável e tem papel decisivo em qualquer eleição, mesmo que esta decisão esteja respaldada por uma decisão amparada pela lei. Nos meandros das interpretações legais e jogos de influência possíveis, não podemos desconsiderar as inúmeras pressões políticas que serão exercidas sobre a Justiça Eleitoral – que não está acima do bem e do mal - visando prejudicar esta ou aquela agremiação.

Por último, também vinculada à possibilidade do chamado “caixa dois”, está a brecha, mantida pelo Projeto de Lei ao preferir não alterar a legislação sobre o assunto, criada pela possibilidade de doações privadas aos órgãos de direção nacional, estadual e municipal dos partidos, tal como previsto no art. 39 da Lei 9.096/95.

Esse possível “trânsito” entre recursos arrecadados de doadores privados (pessoas físicas e jurídicas), em anos não eleitorais, possíveis de serem utilizados conjuntamente com os recursos recebidos do Tesouro Nacional, em anos eleitorais, não será fácil de fiscalizar, considerando-se as inúmeras possibilidades de fraudes existentes nos relatórios dos gastos de campanha enviados pelos partidos à Justiça Eleitoral.

Portanto, analisados de forma conjunta, tanto a adoção do voto de legenda em listas partidárias preordenadas como o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais constituem retrocessos em nossa legislação eleitoral, pois aumentam o poder das direções partidárias, reduzem o vínculo do representante com o eleitor e, a despeito dos gastos de recursos públicos no

financiamento das campanhas, não reduzirão o papel do poder econômico nas disputas eleitorais.

Pelas razões acima mencionadas, nosso voto, no mérito, é pela rejeição do PL nº 2.679, de 2003, e do substitutivo.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado PAULO MAGALHÃES